

A GEOGRAFIA POLÍTICA EM RICHARD HARTSHORNE

THE POLITICAL GEOGRAPHY IN RICHARD HARTSHORNE

WESLEY DE SOUZA ARCASSA

Universidade Estadual de Londrina

arcassa@gmail.com

RESUMO. Por volta de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, um dos mais expressivos campos de estudo da Geografia parecia ter chegado a uma situação irrecuperável. A Geografia Política encontrava-se prejudicada e obscurecida, pois de um lado, os desregramentos da *Geopolitik* alemã tinham prejudicado sua reputação, fazendo com ela fosse confundida abusivamente com esta última; do outro lado, as teorias não vinculadas à Geopolítica haviam se perdido na mitologia do *heartland* e de seus derivados. O defeito de todas essas teorias era a intenção de aplicá-las a um território já bem definido. Em face desse fracasso inequívoco, houve uma mudança a partir da década de 1940, visando atribuir um conteúdo mais sistemático e rigoroso a esse ramo da Geografia. Dentre os principais teóricos desse movimento de renovação da Geografia Política encontra-se Richard Hartshorne (1899-1992), geógrafo norte-americano, cuja preocupação essencialmente teórico-metodológica destinou-se a corrigir os “desvios não científicos” desse campo de investigação. Dessa forma, o presente trabalho objetiva executar uma análise crítica de um conjunto de aspectos político-geográficos da obra de Hartshorne, buscando compreender sua influência perante a Geografia Política produzida no pós-Segunda Guerra. A produção acadêmica de Hartshorne, em função de sua riqueza, ainda encontra-se à espera de maior análise e difusão. Tendo como base esta ideia, o trabalho em questão visa também enfatizar a diversidade da produção literária hartshorniana, evidenciando os avanços prestados pelo teórico principalmente no que concerne à temática das fronteiras e do Estado. Destarte, o impacto das ideias estabelecidas pelo autor à produção político-geográfica posterior também representa um dos pontos a serem considerados, somando-se as inovações teórico-metodológicas empreendidas à Geografia Política. Por fim, cabe destacar que as análises e teorias preconizadas por Hartshorne sobre as fronteiras e o Estado, bem como sua defesa do estabelecimento de um método, objetivaram recuperar e introduzir parâmetros de investigação científica universalmente aceitos, visando livrar a Geografia Política das muitas “armadilhas” do passado. Assim, por meio de uma proposta explicitamente teórico-metodológica o geógrafo norte-americano renovou, consideravelmente, o pensamento em Geografia Política vigente até então, o que lhe confere um papel de destaque perante a matriz clássica desse ramo do saber geográfico.

PALAVRAS-CHAVE. RICHARD HARTSHORNE, GEOGRAFIA POLÍTICA CLÁSSICA, ESTADO, FRONTEIRA.

ABSTRACT. By 1945, with the end of World War II, one of the most important fields of study in Geography seemed to have come to an unrecoverable situation. The Political Geography was undermined and obscured because of a hand, the excesses of German *Geopolitik* had harmed his reputation, causing her to be wrongly confused with the latter; other hand, theories are not linked to Geopolitics had been lost in the mythology of the *heartland* and its derivatives. The defect of all these theories was the intention of applying them to a territory already well defined. In the face of this unequivocal failure, there was a shift from the 1940s, aiming to assign a more systematic and rigorous content to this branch of Geography. Among the main theorists of this movement of renewal of Political Geography is Richard Hartshorne (1899-1992), American geographer, whose theoretical and methodological concern was intended to correct the “unscientific deviations” this field of research. Thus, the present study aims carry out a critical analysis of a set of political and geographical aspects of the Hartshorne’s work, seeking to understand their influence before Political Geography produced in the post-Second World War. The work of Richard Hartshorne is still waiting for more analysis and dissemination. Based on this idea, this work has as objective to develop an appreciation of some political-geographic aspects of Hartshorne’s academic production, evidencing the advances provided by the author especially with regard to the issue of frontiers and the State. Moreover, the impact of the ideas set out by the writer to produce political-geographic later, also represents one of the points to be considered, adding the theoretical and methodological innovations undertaken by the geographer to Political Geography. Finally, it is up to detach that the analyzes and theories advocated by Hartshorne about frontiers and the state, as well as his defense of the establishment of a method aimed to retrieve and enter parameters of scientific research universally accepted, aiming rid the Political Geography of the many “traps” of the past. Like this by means of a theoretical and methodological proposal the American geographer renewed considerably thought into Political Geography in force until then, giving it a prominent role before the classical matrix this field of geographic knowledge.

KEYWORDS. RICHARD HARTSHORNE, CLASSICAL POLITICAL GEOGRAPHY, STATE, FRONTIER.

INTRODUÇÃO¹

Desde a sua institucionalização como um ramo independente da ciência, a Geografia se viu diante da difícil tarefa de compreender e atuar sobre a produção, organização e diferenciação do espaço. Isso representa uma missão bastante complexa, pois dada a multiplicidade do mundo em que se vive e a diversidade de fatores que para isso concorrem, a diversidade temática que a disciplina tem se proposto discutir é necessariamente ampla. Nesse sentido, surge a moderna concepção de Geografia Política como terminologia e área de conhecimento consolidada nas ciências sociais, a qual data do final do século XIX, com a institucionalização da Geografia e o reconhecimento da Geografia Política como uma subdisciplina formal na Alemanha, a partir dos trabalhos de Friedrich Ratzel (1844-1904).

Entre os temas por ela privilegiados, tem sido recorrente o problema da relação entre a política e o território, componentes essenciais do processo histórico de formação das sociedades. Na realidade, como muitas questões e conflitos de interesses que surgem das relações sociais se materializam em disputas territoriais, as tensões e arranjos que daí surge definem não apenas uma abordagem, mas um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se define o campo da geografia política. (CASTRO, 2005, p. 15-16).

Pode-se dizer que a Geografia Política representa um campo intrinsecamente dinâmico, cuja natureza e foco dos debates no interior da Geografia moderna mudaram substancialmente ao longo do tempo. Segundo Blacksell (2006), inevitavelmente, as diferentes fases de desenvolvimento desse campo de estudo não se enquadram perfeitamente em pacotes discretos, claramente separados no tempo, mas o quadro 01 ilustra, em termos gerais, como a sequência de quatro fases se encaixa formando uma progressão lógica.

A produção de Richard Hartshorne inaugura a segunda fase no desenvolvimento da Geografia Política, pois executa uma mudança do foco acadêmico, há uma superação da aplicação simplista de leis e teorias desenvolvidas no âmbito das ciências naturais para fenômenos sociais e políticos. Gradualmente, os temas voltados ao Estado passaram a ser o centro das atenções. Diversos questionamentos emergiram: Quais eram as condições necessárias para a enorme variedade de Estados, com todas as suas formas, tamanhos e geografias, para coexistir sem exercer projetos predatórios sobre outros territórios? Hartshorne (1939) resgata a Geografia Política para o debate mais amplo sobre o regionalismo, que se tornou o discurso dominante na Geografia, como um todo, no segundo terço do século XX, com seu foco em encontrar naturalmente, regiões autossustentáveis em todos os níveis da atividade humana, desde o internacional e nacional para o local.

Nesse sentido, o presente trabalho visa realizar uma análise crítica de uma gama de aspectos político-geográficos da obra do teórico norte-americano, buscando compreender sua influência perante a Geografia Política produzida no pós-Segunda Guerra Mundial. Além disso, procura-se também focar a diversidade da produção literária hartshorniana, evidenciando os avanços

¹ Pesquisa de mestrado subsidiada pela CAPES, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina sob orientação da Prof^a. Dr^a. Márcia Siqueira de Carvalho, com ênfase na área de Geografia Política.

prestados pelo autor principalmente no que concerne à temática das fronteiras e do Estado.

QUADRO 01 - Principais Fases no Desenvolvimento da Geografia Política.

<p>FASE 1 (1900-1930)</p>	<p>Geografia Política = Geografia Humana</p> <p>Estados como organismos competindo, crescendo e morrendo</p> <p>Terra e Poder em escala global</p> <p>Mapa Político redesenhado após a Primeira Guerra Mundial</p> <p><i>Geopolitik</i> – Geopolítica Alemã</p>
<p>FASE 2 (1930-1960)</p>	<p>Geografia Política como a Geografia dos Estados-Nação</p> <p>Estados como regiões</p> <p>Infraestrutura física</p>
<p>FASE 3 (1960-1980)</p>	<p>Geografia Política como uma parte (menor) da Geografia Humana</p> <p>Pessoas e Governança</p> <p>Alcançar a justiça social</p> <p>Direitos individuais vs. Responsabilidade Corporativa</p>
<p>FASE 4 (a partir de 1980)</p>	<p>Ressurgimento da Geografia Política</p> <p>Teoria do Sistema Mundo</p> <p>Globalização</p> <p>Reinvenção da Geopolítica</p>

Fonte: Adaptado de BLACKSELL (2006, p. 04).

METODOLOGIA

Como princípio metodológico norteador para a elaboração do presente trabalho utilizou-se principalmente o levantamento de bibliografias concernentes à temática, oriundas de diferentes suportes e fontes. Isso porque, o trabalho realiza uma análise essencialmente teórica do assunto nele abordado.

Em contrapartida ao estudo dos principais aspectos político-geográficos da obra hartshorniana faz-se necessário também compreender o período histórico no qual se insere o autor, o que denota a utilização de um arcabouço metodológico advindo da História da Ciência.

Os produtos finais obtidos no estudo objetivam servirem de respaldo para a execução de análises e estudos futuros em relação às temáticas: Richard Hartshorne; Geografia Política Clássica; Escola Norte-Americana de Geografia; Estado; e, Fronteira.

A HISTÓRIA DA CIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para compreensão do lugar ocupado por Richard Hartshorne na matriz histórica da Geografia, bem como de seu subcampo da Geografia Política, optou-se pelo uso da História da Ciência. Esta não é um conjunto de biografias de grandes personagens. Também não é um conjunto de relatos cronologicamente organizados sobre descobertas marcantes. Um historiador da Ciência não

costuma escrever trabalhos do tipo “os grandes gênios da humanidade”. Isso porque, seu objetivo não é mostrar determinadas pessoas como “heróis” que tornaram a Ciência o que ela é hoje, em contraposição a “vilões” que atrasaram a evolução dessa Ciência.

Essa atitude implicaria em desprezar múltiplas pequenas contribuições de anônimos ou personagens pouco conhecidos que foram significativas para que alguns poucos nomes, por motivos os mais variados (incluindo motivos políticos, religiosos, econômicos etc.), tornassem-se consagrados. Implicaria, ainda, em valorar negativamente ideias atualmente consideradas inadequadas, mas que eram plausíveis e respondiam satisfatoriamente a problemas da época em que foram propostas. (FERREIRA & MARTINS, 2009, p. 04).

A História da Ciência estuda o processo de construção do conhecimento, mas isso não quer dizer que os pesquisadores dessa área analisam o passado e procuram as origens do que deu certo, separando a história do conhecimento genuíno daquilo que foi rejeitado. Considerar a Ciência somente a partir dessa premissa seria incorrer em um anacronismo, ou seja, focar o passado pensando apenas no que hoje é aceito.

Nesse sentido, pode-se dizer que a História da Ciência tem como objeto de estudo não apenas o que hoje é aceito como Ciência, mas sim, o que em alguma época e de algum modo foi proposto ou aceito como Ciência. Dessa forma, é possível estabelecer que a História da Ciência seja uma disciplina profissional e rigorosa, a qual reclama o mesmo nível de exigência e conhecimento que qualquer outra área de estudo.

Na concepção de Kragh (2003, p. 35):

[...] a única forma de alcançar um entendimento verdadeiro da dinâmica atual da ciência moderna é através da análise histórica, uma análise que não será histórica apenas no sentido de considerar a ciência na sua dimensão temporal, mas também no sentido de usar as técnicas e os métodos que caracterizam a investigação histórica.

De acordo com Ferreira e Martins (2009, p. 14), embora não haja uma “receita infalível” para um bom trabalho em História da Ciência, alguns pontos podem ser destacados a esse respeito. O historiador da Ciência escolhe temas restritos e os trata de forma aprofundada. Na realidade, essa é uma exigência fundamental na pesquisa acadêmica, não somente em História da Ciência.

Portanto, pode-se inferir que não é possível empreender uma pesquisa sobre História da Geografia de modo geral. É necessário escolher uma questão que será tratada, alguma controvérsia que pode ser estudada, algum aspecto do trabalho de determinado autor etc. Assim, como recorte temático do presente estudo optou-se por desenvolver uma análise sobre a parcela da produção hartshorniana voltada à Geografia Política.

Normalmente, uma pesquisa investiga uma questão dentro de um assunto. Este assunto de pesquisa precisa ser delimitado. No âmbito do presente estudo foi viável limitá-lo no sentido de analisar o impacto da produção de Hartshorne ao campo de estudo da Geografia Política, elucidando os avanços teórico-metodológicos desenvolvidos pelo teórico.

Em uma pesquisa, não faz sentido repetir coisas que já foram feitas, ou chegar a conclusões já aceitas por todos, sem acrescentar nada de novo. Uma pesquisa deve procurar trazer novos

conhecimentos históricos ou criticar e corrigir conhecimentos antigos. Em geral, a questão é guiada por uma hipótese de trabalho ou por uma conjectura inicial – por exemplo, a suposição de que certas descrições históricas anteriores estão erradas ou de que há uma conexão, que nunca foi sugerida antes, entre dois acontecimentos históricos. (MARTINS, 2005, p. 308).

Partindo dessa ideia expressa por Martins (2005), o trabalho em questão justifica-se pelo fato de que a produção teórica hartshorniana em partes, ainda, demanda um maior estudo e interpretação, principalmente no que concerne ao impacto causado à Geografia. Outro elemento que demonstra a importância da temática abordada consiste no fato de que sua área de concentração — Geografia Política — carece de trabalhos que envolvam os aspectos teóricos dos autores tidos como “clássicos”, sendo este campo de estudo da ciência geográfica, por vezes, relegado pela maior parte dos membros da comunidade científica.

Considerando o prazo estabelecido para elaboração do estudo optou-se por escolher um assunto restrito, não caindo no exagero. Ao longo deste foi necessário, em diversos momentos, reflexões e ajustes sobre o problema analisado, bem como um constante levantamento de fontes. Destarte, também foi preciso selecionar e localizar documentos, obter cópias e analisá-los. E, escrever, elaborar uma argumentação, discutir uma gama de trabalhos historiográficos anteriores sobre o assunto, objetivando fundamentar a pesquisa, bem como suas conclusões. Isso visando atender aos moldes de um estudo em História da Ciência.

Ao se desenvolver uma pesquisa no campo da História da Ciência, após a escolha do tema, o pesquisador passa a estudar basicamente dois tipos de materiais: *fontes primárias* e *fontes secundárias*. Isso porque, segundo Julius Ruska *apud* Kragh (2003, p. 133):

A história das ciências continuará a depender das fontes que estão ao seu dispor em cada momento, mas a avaliação e o uso correto das fontes dependerão, por sua vez, da capacidade do historiador em conduzir a crítica histórica. Tal como a própria ciência, a apresentação da história é um processo que nunca termina.

Normalmente, em uma pesquisa em História da Ciência, são utilizados documentos de vários tipos. De acordo com Martins (2005, p. 310), costuma-se classificá-los em *fontes primárias* (material da época estudada escrito pelos teóricos estudados) e *fontes secundárias* (estudos historiográficos e obras de apoio a respeito do período e dos autores investigados). No presente estudo, é possível distinguir um tipo de outro. Os trabalhos escritos por Richard Hartshorne desde a primeira metade do século XX, bem como suas correspondências e obras científicas do período, são consideradas como *fontes primárias*. Já os livros e artigos historiográficos recentes sobre Hartshorne, Geografia Política e História do Pensamento Geográfico enquadram-se como *fontes secundárias*.

Para que o presente estudo configurasse o mais fiel retrato da obra hartshorniana buscou-se, sempre que possível, uma aproximação dos “originais” produzidos pelo geógrafo. Assim, pode-se dizer que o centro deste trabalho foi desenvolvido a partir de fontes primárias publicadas.

Já as fontes secundárias (nacionais e internacionais) utilizadas ao longo da pesquisa foram imprescindíveis para gerar familiaridade com o contexto da época, e, em particular, com o contexto da ciência geográfica. E, possibilitaram também a análise do impacto posterior causado pela publicação dos trabalhos de Hartshorne no âmbito da história da Geografia.

Nota-se, então, que uma variada gama de materiais deve servir ao historiador da Ciência. É necessário que o historiador procure saber o que outras pessoas já disseram sobre o tema de seu interesse, e é imprescindível que tenha contato direto com o material da época. Não se pode fazer um bom trabalho de História da Ciência com base apenas em informações de terceiros. Para realizar essas pesquisas, há uma metodologia específica e são necessárias habilidades particulares, o que requer uma formação especializada para atuar na área. (FERREIRA & MARTINS, 2009, p. 14).

Segundo Martins (2005, p. 316), os pesquisadores são criaturas do presente e produtos de seu contexto que estão procurando estudar contribuições feitas em um passado mais próximo ou mais distante. “Não podem jogar seus olhos fora”. Porém, é desejável e deve ser considerada uma meta a atingir (ou, pelo menos da qual se procura aproximar ao máximo), para que a reconstrução empreendida seja feita da forma mais imparcial possível e que permita familiarizar-se com o contexto histórico, científico, social etc. que se está estudando, além de sempre buscar deixar os preconceitos de lado.

Nesse sentido, partindo da premissa de que a História da Ciência procura estudar a construção do conhecimento de uma época dentro do seu próprio contexto, cabe destacar as explanações de Claval (2011, p. 256), o qual considera que o período entre as duas guerras mundiais é muito mais marcado pelo alargamento do campo de estudo da Geografia que pelo seu aprofundamento. Os geógrafos passaram a explorar o mundo rural, analisar as realidades urbanas, voltando-se às atividades econômicas e se apaixonando pelos conflitos políticos. Na medida em que são mais numerosos em um mundo onde a mobilidade aumentou, a parte dedicada às realidades exóticas expande-se. Esse é o contexto em que Hartshorne inicia sua produção científica, marcado também por uma transição entre a Geografia Clássica e a Geografia Moderna.

Considerado por Andrade (1987, p. 79) como “o maior teorizador da escola clássica nos Estados Unidos”, Hartshorne alvitra por meio de sua obra acadêmica analisar questões sobre a natureza da ciência geográfica e seus problemas metodológicos, tendo como fonte fundamental para seus argumentos a Geografia Alemã do início do século. Dessa maneira, o teórico norte-americano busca exaustivamente “estabelecer uma metodologia capaz de fazer da Geografia Moderna uma disciplina rigorosa e científica” (GOMES, 2003).

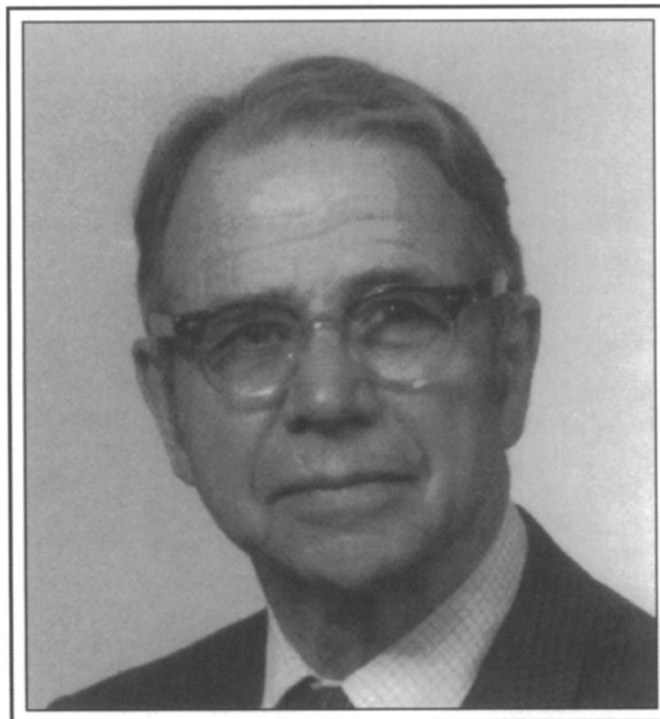
A sistematicidade e objetividade do trabalho geográfico empreendido por Hartshorne permite uma superação do nível da descrição, atingindo por consequência a análise científica tão almejada. Isso contribui para emersão do autor como um dos mais importantes pensadores na história da Geografia, ocupando um papel de destaque perante a produção científica vindoura.

Por fim, deve-se considerar Hartshorne como símbolo de um trabalho coletivo, sendo que a sua produção acadêmica só pode ser compreendida levando em consideração o contexto cultural, técnico e científico vigente a partir do período entre guerras. O autor debruça-se sobre o conhecimento geográfico acumulado, representado principalmente pelos trabalhos de Kant e Hettner, para propor novos enfoques teórico-metodológicos no âmbito da Geografia.

RICHARD HARTSHORNE: UMA TRAJETÓRIA PELA GEOGRAFIA

Richard Hartshorne (12 de dezembro de 1899 – *Kittannig, Pennsylvania*) eminente geógrafo norte-americano (Figura 01), realizou seus estudos de graduação na Universidade de Princeton entre os anos de 1917 e 1920. Realizou seu doutoramento no período de 1921 a 1924, tendo sido um aluno de elevado destaque na Universidade de Chicago, principalmente devido à importância e a variedade das temáticas abordadas em seus trabalhos, pois este recebeu o título de doutor com grande louvor devido a sua tese: *The Port of Chicago: Its Commerce, Facilities and Requirement*.

FIGURA 01 - O Geógrafo Richard Hartshorne.



Fonte: MARTIN, 1994, p. 480.

Especialista em temas voltados à Epistemologia da Geografia, Metodologia Científica, além de Geografia Econômica, Regional e Política, Hartshorne passou a exercer papel de destaque na comunidade científica norte-americana. Entre os anos de 1924 e 1940 ministrou aulas na Universidade de Minnesota, tendo publicado, no ano de 1939, o alentado trabalho *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, o qual foi editado pelos *Annals of the Association of American Geographers* (volume XXIX, números 03 e 04), tendo o mesmo logo se transformado em livro, dado o impacto que provocou, gerando imensa polêmica na esfera acadêmica devido à inovação teórica implementada.

Em 1938, o professor Richard Hartshorne, então da Universidade de Minnesota, ficou afastado de sua universidade em licença de um ano para estudos de campo na Europa. Ele foi incumbido de realizar estudos minuciosos de certas fronteiras políticas europeias; mas o ano de 1938 não era o mais propício para se examinarem essas fronteiras *in loco*. Em vez disso, Hartshorne

passou esse período organizando um relatório sobre o desenvolvimento do pensamento geográfico, graças a leituras feitas em bibliotecas europeias e visitas a numerosos geógrafos europeus. Em 1939, publicou sua obra monumental — *The Nature of Geography*. A revelação das ideias geográficas, da época dos gregos antigos ao presente, é descrita em *The Nature of Geography* de maneira magistral. (JAMES, 1970, p. 10-11).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1941-1945), Hartshorne atuou junto ao Escritório de Serviços Estratégicos do Estado Unidos, onde desenvolveu pesquisas e análises direcionadas ao campo da Geografia Política. Assim, o autor se tornou referência para os estudos posteriores produzidos nesta área, pois além de coordenar um seleto grupo de pesquisadores responsáveis por arquitetar um plano estratégico de defesa para os Estados Unidos, frente à *Geopolitik* produzida em território alemão e apropriada pelo III *Reich*, também foi capaz de teorizar em torno do aspecto metodológico deste ramo da ciência geográfica. Desse período destaque-se um significativo conjunto de artigo publicado principalmente no *Annals of the Association of American Geographers*, bem como o livro produzido em parceria com Derwent Whittlesey e Charles Colby, intitulado *German Strategy of World Conquest* (1942).

O Escritório de Serviços Estratégicos dos Estados Unidos (*US Office of Strategic Services – OSS*), órgão precursor da Agência Central de Inteligência (CIA), foi inaugurado em 1941, objetivando recolher, analisar e divulgar informações e matéria sobre segurança nacional. Richard Hartshorne ocupava uma função administrativa central, responsável por supervisionar a atribuição, produção, habilitação e distribuição de todos os relatórios de pesquisa. Ao pesquisar e escrever os relatórios, os geógrafos que atuavam no OSS (havia mais geógrafos no OSS do que em qualquer outro órgão do governo dos EUA) interagem em estreita colaboração com outros cientistas sociais (BARNES, 2011).

O OSS engajou-se na guerra pela aplicação sistemática da ciência social. Não foi o primeiro corpo institucional a fazê-lo, mas até a época era o mais abrangente e organizada. Argumentei que o trabalho de Bruno Latour fornece a base para a compreensão das operações do OSS, bem como o papel dos geógrafos nele. Latour está interessado na mecânica de aquisição e divulgação do conhecimento científico, “ciência em ação”. Embora o contexto seja diferente, OSS visou fundamentalmente a aquisição e divulgação de conhecimento, a inteligência militar em ação. Diante dessa equivalência, o vocabulário e o quadro explicativo de Latour e são bem adequados. Eles fornecem uma compreensão das funções maiores, aparelhos e práticas do OSS, bem como o papel e os problemas que enfrentam grupos específicos de cientistas sociais que lá trabalharam, tal como os geógrafos. (BARNES, 2006, p. 162, tradução nossa).

Posteriormente, Hartshorne transferiu para a Universidade de Wisconsin onde lecionou até aposentar-se em 1970 e dela se tornar professor emérito, tendo sido presidente da Associação Americana de Geógrafos no ano de 1949, da qual recebeu a honraria máxima em 1960. Tornou-se doutor *honoris causa* pela Clark University em 1971, além de ter recebido a *Victoria Medal* por parte da *Royal Geographical Society* (1984), a qual já havia sido concedida a Carl Troll, Carl Sauer, Jean Gottmann, entre outros.

Em 1959, ao publicar a obra *Perspective on the Nature of Geography*, também pelo *Annals of the Association of American Geographers*, Hartshorne realiza uma nova discussão em relação à

temática abordada no trabalho de 1939, o que faz com que o seu pensamento passe a ter ainda mais influência sobre a Geografia norte-americana, quanto fora dela. Neste livro o autor executa uma clara exposição das ideias advindas de Kant e Hettner, pensadores que tiveram grande influência sobre a produção hartshorniana, além de buscar uma solução para os graves problemas por ele identificados em relação à teoria e método em Geografia.

Richard Hartshorne faleceu aos 92 anos (05 de novembro de 1992 – *Madison, Wisconsin*) tornando-se um “clássico” da ciência geográfica, tendo contribuído de maneira indispensável para o desenvolvimento da Geografia durante o século XX. Isso porque, esse autor aparece como uma espécie de consciência mundial dos caminhos espinhosos que a Geografia passou a percorrer a partir do período entre guerras (CLAVAL, 1981; MENDONZA [et al.], 2002; ANDRADE, 1987; e, MORAES, 2003).

A CLASSIFICAÇÃO DE FRONTEIRAS EMPREENDIDA POR HARTSHORNE

Desde a sua origem, o campo de estudo da Geografia Política sempre abordou a temática das fronteiras. Isso porque, sua discussão é imprescindível, dado que estas incorporam uma das mais reconhecidas relações entre o Estado e o território, bem como as relações interestatais. Tanto na fase áurea do Estado-nação territorialmente definido, independente e soberano, quanto atualmente, quando em algumas regiões as forças de integração tornam-se poderosas face às de separação, o estudo sobre o significado das *frontiers* e *boundaries* coloca-se como um dos mais importantes para a Geografia Política.

Determinado em firmar a Geografia Política como disciplina científica, dando-lhe um caráter sistemático, Hartshorne em uma gama de artigos (1933, 1935, 1936, 1941, 1950 a, 1950 b, 1960), publicados antes, durante e pós-Segunda Guerra Mundial, traz para o debate acadêmico as suas contribuições de caráter teórico-metodológico, que já haviam sido expostas no célebre trabalho *The Nature of Geography* (1939).

Ao discutir o problema das fronteiras em uma região europeia tão complexa como a Alta Silésia, por exemplo, Hartshorne (1933) chama a atenção para o fato de que, apesar de muitos geógrafos discutirem academicamente o tema das fronteiras, “poucos têm tentado apresentar um estudo teórico sistemático do problema como um todo”. Isso possibilitou a multiplicação de equívocos, como o uso corrente do conceito de “fronteiras naturais”. Fronteiras internacionais fixadas ou em discussão em regiões bastante povoadas, às vezes com etnias e histórias distintas, como é o caso da Alta Silésia, segundo o autor, devem ser concebidas mediante a análise acurada das características peculiares dessas populações fronteiriças.

Hartshorne (1933) foi capaz de propor um método próprio para a solução teórica do problema das fronteiras, baseado na definição e estudo das “associações de todo tipo das diferentes partes da *border area* com cada um dos *bordering states*”.

Mediante esse método, [Hartshorne] recomenda, os geógrafos observariam tais associações nos traços da paisagem, que podem ser de tipos “similar, dissimilar e de interesses mútuos”. Fronteiras rígidas e artificialmente traçadas numa área homogênea em termos de ocupação humana e atividades econômicas, gerando “áreas similares” em ambos os lados, provocam grandes perturbações, diz ele, citando como exemplo o corte ao meio de um mesmo distrito

industrial, ou de uma região agrícola que ficou apartada de seu costumeiro mercado. Quanto às populações de origens diversas (alemães, polacos, tchecos e eslavos), o problema é de outra natureza, afirma. Critérios de língua ou raça, observa, nem sempre são fundamentais, pois a tendência, no primeiro, caso, é a da definição de uma língua consensualmente aceita por todos. No segundo caso, enfatiza o autor, a raça é menos importante ainda. (COSTA, 2008, p. 151).

Ao analisar a constituição da fronteira franco-alemã de 1871, Hartshorne (1950 a) empreende um trabalho onde a evolução da fronteira é enfocada a partir de uma abordagem histórica, o que segundo Prescott (1967), não foi implementado posteriormente por outros autores ao analisar essa temática. Para Hatshorne (1950 a), três fatores apresentam importância relativa – nacionalidade, estratégia e distribuição de recursos de minério de ferro – no processo de determinação da posição final do limite franco-alemão de 1871. É claramente demonstrado que os diferentes fatores foram primordiais para determinar as diferentes partes da linha, e que a distribuição das reservas de ferro desempenhou um papel menor. Embora Hartshorne estivesse preocupado com um conjunto de negociações de fronteira que ocuparam apenas um curto período, o autor concluiu que esta técnica poderia ser usada para mostrar como os fatores que influenciaram a evolução das fronteiras coloniais anglo-francesas na África mudaram ao longo de um grande período, envolvendo diversos conjuntos de negociações.

Em suma, na determinação da localização da fronteira franco-alemã de 1871, a preocupação pelo ferro de Lorraine teve importância igual à preocupação dos cemitérios militares. A Alemanha garantiu uma grande parte da área do ferro, principalmente por causa das considerações estratégicas que ditaram a inclusão da cuesta com vista para Moselle, que continha uma parte considerável dos recursos de ferro; teve apenas essa parte e não todo o campo, porque a área restante foi puramente em caráter da França. (HARTSHORNE, 1950a, p. 250, tradução nossa).

Por fim, cabe destacar que Hartshorne (1936) através do estabelecimento de uma terminologia própria para os limites políticos acabou realizando uma “classificação genética das fronteiras”, propôs uma subdivisão em quatro tipos, a saber: I) *fronteiras antecedentes* (quando antecederam o povoamento, ou melhor, ligam-se a projetos exteriores aos povos autóctones); II) *fronteiras subseqüentes* (posteriores ou consequências de um desenvolvimento econômico prévio); III) *fronteiras superimpostas* (quando cortam áreas em que há unidade cultural); e, IV) *fronteiras consequentes* (estabelecidas em regiões escassamente povoadas, até desabitadas, ou ainda onde barreiras físicas provoquem um “efeito de barreira” às comunicações, mantendo as populações isoladas).

A PROPOSIÇÃO HARTSHORNIANA PARA ANÁLISE DO ESTADO

O Estado pode ser considerado uma criação recente, termo esse que só ganha sentido e conteúdo durante o Renascimento. A Europa pós-medieval inventou o Estado, sob a forma das monarquias absolutas. Esse novo poder político emergiu baseado em fronteiras geográficas definidas e capitais permanentes, materializadas em cidades, as quais se tornaram sede dos órgãos do Estado. Com as monarquias absolutas, aparecia o Estado territorial. Assim, o surgimento desse tipo de Estado possibilitou a criação das teorias políticas sobre o Estado.

O Estado nacional surgiu da decadência do absolutismo e de sua substituição pelo liberalismo. Essa forma contemporânea do Estado gerou a *soberania nacional*, expressa na eleição de governantes e na limitação do poder executivo por representantes também eleitos. A soberania deslizou do monarca para a nação. O poder despersionificou-se, identificando-se com o povo. O poder divino deu lugar ao consenso popular. O liberalismo surgiu como doutrina política do Estado-Nação. (MAGNOLI, 2004, p. 19).

O Estado moderno representa um amálgama de três elementos — território, povo e as relações entre eles. Os dois primeiros são de grande variedade, mas o terceiro elemento é de infinita complexidade, não sendo capaz, em parte alguma, de ser reduzido a fórmulas matemáticas, mas possui em toda parte uma qualidade dinâmica e única, visto que essas relações estão sujeitas a incessantes mutações e desenvolvimentos. Nitidamente, o estudo de todos os aspectos desses três elementos está além do âmbito da Geografia Política.

Segundo Moodie (1965), o Estado não consiste apenas no território, nem no povo que nele vive, sendo uma organização muito mais complexa em que o território, o povo e suas inter-relações estão indissociavelmente fundidos para formar uma entidade que possui uma individualidade, um caráter, distinguindo-se de todos os outros Estados.

Durante a primeira metade do século XX, o *funcionalismo* – vertente teórica que procura explicar aspectos da sociedade em termos de funções realizadas por instituições e suas consequências para a sociedade como um todo – foi extremamente importante em uma série de disciplinas científicas. Segundo Taylor e Wusten (2004, p. 86), o mesmo se aplica a Geografia Política. Em 1950, Richard Hartshorne, figura-chave no desenvolvimento da ciência geográfica, elaborou uma influente agenda de pesquisa para o estudo do Estado sob o prisma da Geografia Política, a qual foi colocada, inteiramente, frente a termos funcionalistas.

Através de seus trabalhos, Hartshorne mostra a determinação de firmar a Geografia Política como disciplina científica, dando-lhe um caráter sistemático. Em inúmeros artigos, publicados antes, durante e pós-Segunda Guerra Mundial, o autor trará para o debate contribuições de caráter teórico-metodológico.

De acordo com as ideias tecidas por Hartshorne (1960), a Geografia Política é parte integrante da Geografia, com foco na Terra, em contraste à Ciência Política, centrada nas instituições do governo. A Geografia Política tem muitas ramificações, assim como a Ciência Política, mas com foco de interesse diferente. Realiza estudos geográficos a respeito da variação das características das áreas da Terra resultante de combinações e interligações de fenômenos de vários tipos, independentemente da origem natural ou humana desses recursos, que variam, em parte, de forma independente, na covariância com outros.

Sanguin (1977) demonstra a importância de Hartshorne a este movimento de renovação da Geografia Política, afirmando que

[...] a partir de ideias sobre os conceitos e métodos da geografia política esboçados em 1935, Hartshorne elabora em 1950 a abordagem funcional em geografia política, cujo tema central é o funcionalismo do Estado. Cada Estado tem diferenças e similitudes regionais; as diferenças tendem a fragmentar o Estado, enquanto que as semelhanças tendem a fortalecê-lo. Há, portanto, dentro de um Estado, uma contínua oposição entre as forças centrífugas e as forças

centrípetas. Se o Estado pode sobreviver a esta oposição é porque ele possui uma razão de ser (“state idea”), um sentido nacional e um núcleo central (“core area”) suficientemente fortes para superar esta posição estrutural e manter sua coesão. Assim, a abordagem funcional permite avaliar a viabilidade do Estado. (SANGUIN, 1977, p. 10-11).

Nesse sentido, pode-se dizer que a abordagem funcional, concebida por Hartshorne, consiste, basicamente, em analisar o funcionamento de um espaço como área política, com sua combinação de agentes de fortalecimento e de enfraquecimento. Segundo Dahlman (2009, p. 95): “No lugar das metáforas orgânicas, Hartshorne adota ideias elaboradas a partir da física, tais como as forças centrípetas e centrífugas para descrever as forças que unem ou afastam Estados”.

Em uma abordagem funcional para a análise da Geografia Política do estado, a primeira metade deve se preocupar com os problemas internos do estado-área (união nacional, diferenças regionais). A segunda parte deve se preocupar com as relações externas do estado-área de outras porções do mundo, se aquelas são também organizadas como estados, controlada por estados de fora, ou desorganizada. Por conveniência, podemos agrupar essas relações como territorial, econômica, política e estratégica. (HARTSHORNE, 1950b, p. 118-119, tradução nossa).

A síntese do avanço teórico da Geografia Política será feita nos primeiros anos do período pós-guerra, mais precisamente entre os anos de 1950 e 1960, por Hartshorne, cujas ideias representam um ponto de inflexão na evolução teórica e metodológica dessa disciplina nos EUA, bem como em outros países. Suas contribuições abrem novas perspectivas de análise, como assinala Sanguin (1977), menos afetas à tensão entre os Estados e mais voltadas à compreensão de suas “relações de estabilidade” recíprocas e com os seus respectivos territórios. No caso de Hartshorne (1950 b e 1960), o que o motivou a escrever esses ensaios foi justamente o que considerava preocupante para a geografia norte-americana, isto é, “o grande crescimento do interesse dos estudantes universitários pela Geografia Política, ao lado da geralmente péssima qualidade das publicações disponíveis”, segundo sua avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das temáticas enfocadas durante o texto torna-se possível inferir que Richard Hartshorne ocupa um papel de destaque no *hall* dos autores responsáveis por significativas transformações no campo de análise da Geografia Política. Isso porque, este foi capaz de realizar algo inédito até então, produzir estudos de cunho teórico-metodológico nesse ramo da ciência geográfica.

Hartshorne é responsável por realizar uma recuperação científica da Geografia Política, superando o “obscuro passado” dessa área de forma inequívoca, incorporando somente o que de mais científico havia sido produzido até então. Além da contribuição no plano do método, há também outro grande mérito nos estudos hartshornianos: o de reconhecer a natureza social e política do Estado.

Em relação às fronteiras, cabe destacar que estas representam um dos temas que, desde os primeiros estudos, sempre ocupou papel de destaque no campo da Geografia Política. Segundo

Taylor (1985) *apud* Blacksell (2006, p. 144): “Fronteiras e limites são, provavelmente, o tema mais popular em Geografia Política”.

O impacto do pensamento hartshorniano perante a Geografia Política data desde o período da Segunda Guerra Mundial, quando ao lado de teóricos como Whittlesey, Gottmann, Sprout e Jones, Hartshorne foi capaz de atribuir um conteúdo mais sistemático e rigoroso a esse campo do conhecimento geográfico. Estes autores tiveram o mérito de alterar o curso da Geografia Política em direção as nações mais científicas e, assim, retirá-la dos caminhos do determinismo e das ambiguidades empreendidos pela *Geopolitik* alemã.

Pode-se dizer que, sobretudo após 1945, surgiram verdadeiramente a conceitualização e a metodologia em Geografia Política, cuja trajetória, até então, como disciplina acadêmica, havia sido essencialmente dominada por grandiosas visões de mundo. Este tipo de abordagem absorveu, durante um grande espaço de tempo, a atenção dos geógrafos, enquanto que as bases sistemáticas essenciais de ramo do saber geográfico permaneciam ignoradas.

Através de uma proposta explicitamente teórico-metodológica, Richard Hartshorne realiza uma renovação considerável do pensamento político-geográfico que se desenvolvera até a sua época. Suas análises e teorias sobre as fronteiras e o Estado, bem como a defesa do estabelecimento de um método, objetivam recuperar e introduzir parâmetros de investigação científica universalmente aceitos, o que poderia livrar a Geografia Política das muitas “armadilhas” do passado.

Para Hartshorne (1935), faz-se necessário uma separação entre a Geografia e a Política, para que dessa forma estabeleça-se uma ciência geográfica neutra e pragmática, sem contaminações político-ideológicas.

Por fim, deve-se destacar que a Geografia Política que ressurgiu com vigor nos anos de 1950 é quase toda anglo-saxônica e praticamente restrita aos Estados Unidos. Liderados por Hartshorne, Bowman e Whittlesey, os norte-americanos fundaram sua própria “escola” nessa área, praticamente dominando o setor até o final dos anos de 1970. A influência hartshorniana é notória em praticamente todos os autores desse período, como se estivessem respondendo aos apelos do mais prestigiado geógrafo do país, para que se firmasse ali uma Geografia Política verdadeiramente científica e independente da política dos Estados.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987.
- BARNES, Trevor J. From Region to Space. In: AGNEW, John; DUCAN, James. *Human Geography*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011. p. 146-160.
- _____. Geographical Intelligence: American geographers and research and analysis in the Office of Strategic Services 1941-1945. *Journal of Historical Geography*, v. 32, n. 1, 2006. p. 149-168.
- BLACKSELL, Mark. *Political Geography*. London/New York: Routledge, 2006.
- CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

- _____. *Evolución de la Geografía Humana*. 2. ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1981.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- DAHLMAN, Carl T. Geopolitics. In: GALLAHER, Carolyn [et al.]. *Key Concepts in Political Geography*. London: SAGE, 2009. p. 87-98.
- FERREIRA, Juliana Mesquita Hidalgo; MARTINS, André Ferrer Pinto Martins. *História da Ciência – o que é?* Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- HARTSHORNE, Richard. Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 23, n. 4, 1933. p. 195-228.
- _____. Political Geography in the Modern World. *The Journal of Conflict Resolution*, v. 4, n. 1, 1960. p. 52-66.
- _____. Recent Developments in Political Geography I and II. *The American Political Science Review*, v. 29, n. 5 e 6, 1935. p. 785-966.
- _____. Suggestions on the Terminology of Political Boundaries. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 26, n. 1, 1936. p. 56-57.
- _____. The Franco-German Boundary of 1871. *World Politics*, v. 2, n. 2, 1950 a. p. 209-250.
- _____. The Functional Approach in Political Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 40, n. 2, 1950 b. p. 95-130.
- _____. The Politico-Geographic Pattern of the World. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 218, 1941. p. 45-57.
- _____. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 29, n. 3 e 4, 1939. p. 173-658.
- JAMES, Preston E. Continuidade e Mudança do Pensamento Geográfico Americano. In: COHEN, Saul B. [et al.]. *Geografia Humana nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Fórum, 1970. p. 04-15.
- KRAGH, Helge. *Introdução à Historiografia da Ciência*. Porto: Porto Editora, 2003.
- MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MARTIN, Geoffrey J. In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 84, n. 3, 1994. p. 480-492.
- MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. História da Ciência: objetos, métodos e problemas. *Revista Ciência e Educação*, Presidente Prudente, v. 11, n. 2, p. 305-317, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v11n2/10.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2013.
- MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. *El Pensamiento Geográfico: estudio interpretativo y antología de textos*. 2. ed. Madrid: Alianza, 2002.
- MOODIE, Arthur E. *Geografia e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.
- PRESCOTT, John Robert Victor. *The Geography of Frontiers and Boundaries*. London: Hutchinson University Library, 1967.
- SANGUIN, André-Louis. A Evolução e a Renovação da Geografia Política. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, n. 252, 1977. p. 05-35.
- TAYLOR, Peter J.; WUSTEN, Herman van der. Political Geography: spaces between war and peace. In: BENKO, Georges; STROHMAYER, Ulf. *Human Geography*. London: Hodder, 2004. p. 83-104.